

Prémio Gulbenkian para a Humanidade

4ª EDIÇÃO 2023

Call to Action

A humanidade enfrenta uma crise climática severa e sem precedentes, com consequências devastadoras para as pessoas, natureza e economia.

Os últimos oito anos foram os mais quentes de sempre¹, uma situação impulsionada por concentrações de gases de estufa em constante crescimento e devido ao calor acumulado na atmosfera. Os impactos climáticos tem vindo a aumentar em todo o globo à medida que o aquecimento global acelera².

Episódios de seca que duram há vários anos no Corno de África, cheias sem precedentes no Sul da Ásia, ondas de calor extremo no verão e secas violentas em várias regiões no hemisfério norte indicam que as alterações climáti-

cas impactam fortemente a humanidade e que os riscos globais continuam a aumentar. As cheias no Paquistão afetaram cerca de 33 milhões de pessoas, e obrigaram à deslocação de 7,9 milhões de pessoas. No Bangladesh, as piores cheias dos últimos 20 anos afetaram cerca de 7,2 milhões de pessoas, tendo-se registado 481 000 deslocados³.

2021 foi o ano mais quente registado em termos de calor acumulado nos oceanos⁴ (último ano avaliado), enquanto a subida do nível médio das águas do mar também atingiu novos recordes em 2022. O aumento da temperatura aumenta o risco de perdas irreversíveis nos ecossistemas marinhos e costeiros. Os recifes de coral são especialmente vulneráveis às alterações climáticas. Prevê-se uma perda de

¹ <https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate/wmo-statement-state-of-global-climate>

² <https://www.unep.org/resources/adaptation-gap-report-2022>

³ <https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate/wmo-statement-state-of-global-climate>

⁴ <https://www.carbonbrief.org/state-of-the-climate-how-the-world-warmed-in-2021>

entre 70 a 90% da sua área de cobertura para um aquecimento de 1,5°C e de mais de 99% para 2°C⁵.

De facto, todos os tipos de ecossistemas – terrestres, de água doce, costeiros e marinhos – bem como os serviços que estes proporcionam, são afetados pelas alterações climáticas. Prevê-se que o número de espécies extintas aumente dramaticamente à medida que a temperatura global aumenta – sendo 30% maior para um aumento de temperatura de 2°C, em comparação com 1,5°C⁶.

As alterações climáticas já estão a causar impactos em todas as regiões do mundo. De acordo com o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC – *Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade (WGII)*⁷, os impactos climáticos já são mais generalizados e severos do que o esperado, sendo que os riscos irão escalar com menores aumentos de temperatura, causando perturbações graves e generalizadas na natureza e na sociedade, afetando a nossa capacidade de garantir segurança alimentar e nutricional, água potável limpa ou mesmo abrigo seguro para todos.

O nosso mundo – 1,1°C mais quente – não é justo, onde as mulheres, idosos e crianças em agregados familiares de baixo rendimento, bem como grupos minoritários, são os que mais irão sofrer com os impactos das alterações climáticas. Uns alarmantes 3,3 a 3,6 mil milhões de pessoas (cerca de 40% da população) vivem em países altamente vulneráveis aos impactos climáticos⁸, principalmente no Sul Global, com *hotspots* globais concentrados em Pequenos Es-

tados Insulares em Desenvolvimento, no Ártico, Ásia Meridional, América Central e do Sul, e grande parte da África Subsaariana.

Perante a incerteza quanto ao futuro da Humanidade, é importante realçar algumas das previsões para os cenários delineados:

- De acordo com o Banco Mundial⁹, até 2050, cerca de 143 milhões de pessoas da África Subsaariana, América Latina e Ásia Meridional poderão ser forçadas a abandonar as suas casas devido à subida do nível médio da água do mar, à escassez de água ou a perdas agrícolas. Estima-se ainda que, até 2030, a crise climática possa colocar mais 100 milhões de pessoas em situação de pobreza extrema, a nível global¹⁰.
- De acordo com a Organização Mundial de Saúde, é expectável que, entre 2030 e 2050, as alterações climáticas causem um acréscimo de 250 000 mortes por ano, devido à má nutrição, malária, diarreia e stress por calor¹¹. Os países com fracas infraestruturas de saúde, na sua maioria países em desenvolvimento, serão os menos aptos a responder a estas ameaças.¹² Realce-se que em países altamente vulneráveis, a mortalidade devido a secas, tempestades e cheias no período de 2010-2020 foi 15 vezes maior do que em países com uma vulnerabilidade mais baixa. Desde 2021, cerca de 2,3 mil milhões de pessoas tem sido vítimas de insegurança alimentar, o que corresponde a 9,8% da população global¹³.

⁵ <https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate/wmo-statement-state-of-global-climate>

⁶ <https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate/wmo-statement-state-of-global-climate>

⁷ <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>

⁸ <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>

⁹ <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/29461/GroundswellOVpt.pdf?sequence=20&isAllowed=y>

¹⁰ https://www.undp.org/content/undp/en/home/blog/2018/Climate_Change_and_the_Rise_of_Poverty.html

¹¹ <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>

¹² <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/climate-change-and-health>

¹³ <https://public.wmo.int/en/our-mandate/climate/wmo-statement-state-of-global-climate>

A crise climática conduziu o mundo a múltiplos pontos de não retorno “desastrosos”. Cinco perigosos pontos de não retorno podem já ter sido ultrapassados devido ao aquecimento global de 1,1°C causados pela humanidade até à data¹⁴. Estes incluem: o colapso da calota polar da Groenlândia; o colapso do principal sistema de correntes do Atlântico Norte; a interrupção dos ritmos de precipitação dos quais dependem milhares de milhões de pessoas para a produção de alimentos; o descongelamento repentino do permafrost rico em carbono; e alterações às vastas florestas do norte e perda de quase todos os glaciares de montanha¹⁵.

O objetivo de 1,5 graus já não é suficiente para garantir um futuro seguro, resiliente e sustentável para todos. Num estudo recente publicado na revista *Science*¹⁶, os cientistas enfatizaram que manter o aumento da temperatura média global abaixo dos 1,5°C desde o período pré-industrial é crucial para prevenir os impactos das alterações climáticas mais graves e em cadeia.

De acordo com o Sexto Relatório de Avaliação do IPCC – *Mitigação das Alterações Climáticas (WGIII)*¹⁷, sem uma redução profunda e imediata das emissões em todos os setores e regiões, será impossível manter o aquecimento global abaixo dos 1,5°C. O mundo não está a caminhar para alcançar os objetivos do Acordo de Paris e, com as políticas atualmente em vigor e sem ações adicionais, as temperaturas globais podem aumentar 2,8 °C até ao final do século¹⁸. Em 2021, o IPCC estimava uma probabilidade de 50% de falhar o Acordo de Paris e reiterava que, sem reduções drásticas nas emissões

de gases com efeito de estufa, poderá ocorrer um aumento de temperatura de 2,7°C em relação aos níveis pré-industriais até ao final do século, com consequências devastadoras para a humanidade¹⁹. Muitas destas mudanças serão irreversíveis durante séculos a milénios, especialmente as alterações em curso no oceano.

O Relatório lançado em 2022 pelo Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) que avalia as lacunas de emissões (*Emissions Gap Report*) concluiu que para cumprir o objetivo acordado internacionalmente de 1,5°C e evitar uma catástrofe global, o mundo precisa de reduzir as emissões em 45% até 2030²⁰. Desde a COP26 em Glasgow em 2021, as Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC) novas e atualizadas praticamente não tiveram impacto sobre a temperatura que podemos esperar encontrar em 2100.

Uma abordagem gradual já não é uma opção. O clima a que estaremos expostos no futuro depende das decisões que tomarmos agora.

As evidências relacionadas com os impactos observados, os riscos previstos, a evolução da vulnerabilidade e os limites de adaptação, demonstram que a ação climática a nível mundial em prol de um desenvolvimento resiliente é mais urgente do que anteriormente se antecipava²¹.

O mundo precisa urgentemente de aumentar os esforços de adaptação aos impactos das alterações climáticas que já se fazem sentir e das que não poderão ser evitadas. À medida que as temperaturas globais aumentam, as respostas adaptativas tornam-se menos eficazes²².

¹⁴ <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abn7950>

¹⁵ <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abn7950>

¹⁶ <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abn7950>

¹⁷ <https://www.ipcc.ch/report/ar6/wg3/>

¹⁸ <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2022>

¹⁹ <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-i/>

²⁰ <https://www.unep.org/resources/emissions-gap-report-2022>

²¹ <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii/>

²² <https://www.science.org/doi/10.1126/science.abn7950>

As sociedades e ecossistemas estão a atingir os limites da adaptação, para além dos quais se podem esperar mais *perdas e danos*.

Esta resposta exige uma ação ambiciosa e urgente. Tanto as respostas de mitigação como as de adaptação estão interligadas, e são fundamentais para ajudar os países e comunidades vulneráveis a lidar com os impactos das alterações climáticas.

A resposta à emergência climática passa por uma mudança imediata, estrutural e sistémica em vários aspetos da sociedade, exigindo ação por parte dos governos, investidores e empresas, das organizações não governamentais, das fundações, sociedade civil, instituições de ensino, centros de investigação científica, meios de comunicação social, e através da criação de parcerias com grupos tradicionalmente marginalizados, comunidades locais e minorias étnicas visando um modelo de crescimento neutro em carbono, que salvaguarde a justiça social.

Importa assim adotar respostas integradas que contribuam para uma transição robusta e inclusiva, que responda aos desafios do século XXI, que defenda os princípios propostos na Agenda 2030 das Nações Unidas, e que privilegie a sustentabilidade do planeta e das sociedades humanas. A guerra na Ucrânia, a escassez da oferta global e a pandemia de COVID-19 contribuíram para uma crise galopante de segurança energética e alimentar, tornando este desafio ainda maior.

No seguimento dos compromissos assumidos no Pacto Climático de Glasgow (COP26) e o recentemente anunciado Plano de Implementação de Sharm el-Sheik (COP27), é agora crucial manter vivo o sentimento de emergência climática, acelerar a implementação de ações concretas e medidas capazes de contribuir pa-

-ra a redução das emissões de gases de estufa, aumentar a resiliência e adaptação dos ecossistemas naturais e das populações aos impactos climáticos, apoiar as comunidades com perdas e danos que já ocorreram, bem como proteger e restaurar a biodiversidade e os ecossistemas naturais, incluindo florestas e oceanos.

A transição para uma sociedade com impacto neutro no clima é urgente e uma oportunidade única para construir um futuro apoiado numa simbiose entre a sociedade e o ambiente, que se baseie num sistema económico sustentável e gerador de prosperidade e bem-estar.

A Fundação Calouste Gulbenkian pretende contribuir para esta transição. Comprometida com toda a humanidade, tem na sua missão o apoio ao desenvolvimento sustentável, promovendo ativamente o bem-estar e a qualidade de vida dos grupos vulneráveis da população, em equilíbrio com a proteção do ambiente e a prosperidade económica.

O Prémio Gulbenkian para a Humanidade sublinha o compromisso da Fundação com a urgência da ação climática, no investimento em soluções que beneficiem as pessoas e o planeta, e em manifestar que ainda existe esperança se agirmos agora. Na preparação para a COP28 em 2023, o Prémio será uma iniciativa emblemática que reconhecerá pessoas ou organizações que estejam a contribuir de forma excepcional para o combate à crise climática; contribuições que possam mitigar os efeitos negativos das alterações climáticas nas pessoas, no ambiente e na economia, e promovam uma sociedade que seja mais resiliente e preparada para a futura mudança global, enquanto protege os mais vulneráveis.

Novembro de 2022

Regulamento

1. OBJETO

O Prémio Gulbenkian para a Humanidade pretende distinguir pessoas, grupos de pessoas e/ou organizações de todo o mundo cujas contribuições para a mitigação e adaptação às alterações climáticas se destaquem pela sua originalidade, inovação e impacto. Com esta iniciativa, pretende-se destacar e alavancar respostas de ação climática, de elevada dimensão, contribuindo para acelerar a descarbonização da economia, proteger as pessoas e os sistemas naturais dos graves efeitos associados à crise do clima e promover o desenvolvimento sustentável.

Em particular, o Prémio Gulbenkian para a Humanidade tem os seguintes **objetivos**:

1. Premiar quem contribuir ativamente para o cumprimento das metas estipuladas no Acordo de Paris e para decisões tomadas no âmbito do Pacto Climático de Glasgow e do Plano de Implementação de Sharm el-Sheikh.
2. Contribuir para a prossecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis da Agenda 2030 das Nações Unidas.
3. Reconhecer pessoas, organizações e iniciativas de excelência na área das alterações climáticas.
4. Mobilizar talentos, atraindo nomeações de elevada qualidade.
5. Divulgar os impactes das alterações climáticas assim como de potenciais soluções, mobilizando pessoas, empresas e governos no combate à crise climática.

6. Reforçar o papel das comunidades locais e redes internacionais, reconhecendo soluções climáticas locais com elevado potencial de impacto global.
7. Educar e capacitar para uma sociedade mais sustentável.
8. Mobilizar mais capital financeiro para as soluções climáticas.
9. Comunicar, a nível global, o compromisso da Fundação para com uma sociedade de baixo carbono, mais sustentável e mais resiliente.

2. VALOR

O Prémio Gulbenkian para a Humanidade, atribuído anualmente, tem o valor de 1 milhão de euros.

O prémio será dividido equitativamente na eventualidade de virem a ser distinguidos mais do que um laureado.

O prémio deverá ser utilizado de forma que potencie o contributo inestimável da pessoa/organização vencedora e no âmbito das suas atividades estatutárias.

Por ocasião da aceitação do prémio, o laureado deverá acordar o protocolo com a Fundação Calouste Gulbenkian, confirmando a aceitação do Prémio e definindo a comunicação de ações e atividades relacionadas com o Prémio.

3. ÁREAS DE RECONHECIMENTO

O Prémio Gulbenkian para a Humanidade centrar-se-á no reconhecimento de percursos e contribuições para resolver a crise climática por um período mínimo de 5 anos (2020-2024). Após este período, caberá ao Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian anunciar se a temática se mantém ou se será lançada uma nova área de reconhecimento de elevada relevância para a humanidade.

No atual contexto, a Fundação Calouste Gulbenkian considera como potenciais áreas de reconhecimento as que possam contribuir para um ou vários dos seguintes resultados:

Mitigação: redução ou prevenção de emissões de gases de efeito de estufa ou aumento da absorção de GEE já mitidos. As ações de mitigação requerem a utilização de novas tecnologias, fontes de energia limpas, transformação industrial, redução de desflorestação, reflorestação ou restauro de ecossistemas naturais terrestres, marinhos e costeiros, melhoria de métodos de agricultura sustentável e uso do solo, e alterações nos comportamentos individuais e coletivos.

Adaptação: redução das consequências negativas das alterações climáticas através da adoção de medidas que visem prevenir ou minimizar os impactos que já não podem ser evitados, tais como o aumento do nível da água do mar, os eventos atmosféricos extremos e a insegurança alimentar, com ações que incluem medidas tecnológicas, soluções com base na natureza e mudanças comportamentais.

Assim, potenciais contributos de excelência poderão incluir formas de acelerar a descarbonização da economia e/ou a resiliência de ecossistemas ou sistemas sociais e políticos, tais como: financiamento climático, instrumentos de gestão e ordenamento do território, aumento da perceção pública e política, aumento de competências individuais e institucionais, redes e parcerias entre diversos atores da sociedade civil, entre outros.

4. ELEGIBILIDADE DOS CANDIDATOS

Os candidatos devem ser uma pessoa, um grupo de pessoas e/ou uma organização de quaisquer nacionalidades que estejam a contribuir significativamente para o desenvolvimento de soluções para fazer face à crise climática, tendo de demonstrar o alcance ou potencial alcance de resultados de excelência e apresentar evidências relativas à elevada relevância do impacto no futuro.

As organizações elegíveis incluem:

- Pessoas coletivas, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos;
- Organizações internacionais;
- Universidades e instituições de I&D.

O Prémio não pode ser concedido postumamente ou a uma organização que já tenha cessado a sua atividade, nem a antigos membros do Júri do Prémio.

5. NOMEAÇÕES

As candidaturas devem ser apresentadas por nomeação de terceiros, não sendo permitidas nomeações pelo próprio candidato. Todas as nomeações devem ser submetidas em formato eletrónico através do formulário disponível em **gulbenkian.pt**, até **17 de março de 2023**, de acordo com as instruções fornecidas.

O Júri pode pedir informações adicionais para além dos documentos submetidos na página de candidaturas.

6. SELEÇÃO

O processo de seleção é independente, sendo conduzido em três fases. Numa primeira fase, um Secretariado Científico será responsável pela elaboração de uma lista consolidada de candidatos elegíveis. Na segunda fase, um Júri composto por personalidades de renome internacional nos âmbitos científicos, tecnológicos, políticos e culturais deliberará no sentido de identificar os 3 primeiros classificados.

Por último, a decisão final ficará a cargo do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian, com base na proposta apresentada pelo Júri.

Não é possível recorrer da decisão do Conselho de Administração da Fundação Calouste Gulbenkian.

7. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

O Júri será responsável por selecionar as nomeações de acordo com os seguintes critérios:

- **Inovação** e/ou demonstrar potencial para uma mudança transformadora a longo prazo.
- **Impacto**/ demonstrar benefícios para o ambiente e sociedade/ser escalável com potencial para impacto a longo prazo.
- **Inspiração**/ capacidade de servir de modelo/ capacidade de mostrar liderança ativa ou de inspirar outros.
- **Relevância da nomeação**/ tendo em consideração a contribuição que dará para enfrentar temas e desafios prementes da atualidade.

8. PROTEÇÃO DE DADOS

Todos os dados pessoais dos Titulares disponibilizados pelos nomeadores serão tratados exclusivamente para o efeito de gestão da atribuição do **Prémio Gulbenkian para a Humanidade** pela Fundação Calouste Gulbenkian, enquanto entidade responsável pelo tratamento dos dados.

A Fundação Calouste Gulbenkian poderá ser contactada, relativamente a quaisquer questões relacionadas com o tratamento de dados levado a cabo neste contexto, e para estas finalidades para privacidade@gulbenkian.pt.

Os dados pessoais dos Titulares serão conservados pelo período de tempo necessário para atribuição e gestão deste Prémio, exceto nos casos em que outro período seja exigido pela legislação aplicável.

Alguns dados (a saber, o nome do responsável pela candidatura, data da candidatura e dados pessoais potencialmente incluídos nos trabalhos e publicações entregues, bem como os dados recolhidos na cerimónia de entrega do prémio, serão conservados por tempo indeterminado pela Fundação Calouste Gulbenkian, no contexto da sua atividade de gestão e conservação de acervo cultural, intelectual e artístico.

A Fundação Calouste Gulbenkian garante aos Titulares o exercício dos seus direitos em relação aos seus dados, como o direito de acesso, retificação, apagamento, oposição, limitação do tratamento e portabilidade, de acordo com a legislação aplicável.

A Fundação Calouste Gulbenkian implementa todas as medidas de segurança necessárias e adequadas à proteção dos dados pessoais dos Titulares, quer quando os dados sejam tratados diretamente pela FCG, quer quando os dados sejam tratados por entidades por si subcontratadas.

A Fundação Calouste Gulbenkian poderá tratar os dados pessoais recolhidos neste contexto diretamente e/ou através de entidades subcontratantes para o efeito, sendo que serão celebrados contratos adequados com tais entidades subcontratantes, nos termos e com o teor previsto pela legislação aplicável.

No âmbito e para os efeitos da atribuição deste Prémio, a Fundação Calouste Gulbenkian poderá comunicar os dados dos candidatos a entidades parceiras, para efeitos de gestão de publicações e de comunicações institucionais.

Estas entidades poderão estar sediadas dentro do território da União Europeia ou fora, sendo que, neste último caso, serão a todo o momento empregues mecanismos adequados, ao abrigo da legislação aplicável, para salvaguardar a segurança dos dados pessoais tratados.

Os candidatos poderão efetuar uma reclamação para a Comissão Nacional de Proteção de Dados (“CNPd”) caso considerem que existe um incumprimento das disposições legais relativas à proteção de dados por parte da Fundação Calouste Gulbenkian.

9. ANÚNCIO DO VENCEDOR / CERIMÓNIA DE ENTREGA DO PRÉMIO

O vencedor da 4ª edição do Prémio Gulbenkian para a Humanidade será anunciado no dia 20 de julho de 2023, Dia Calouste Gulbenkian.

10. DATAS IMPORTANTES

Período de nomeações
– **até 17 de março de 2023**

Anúncio do vencedor /
Cerimónia de Entrega do Prémio
– **19 de julho de 2023**